

## **DEMOCRACIA DE REDUTO NO PARLAMENTO BAIANO: A DOMINÂNCIA ELEITORAL NA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DA BAHIA NAS ELEIÇÕES DE 2002, 2006 E 2010<sup>2</sup>**

### **Resumo**

O artigo estuda as bases eleitorais dos deputados estaduais da Bahia, nas eleições de 2002, 2006 e 2010, a partir da dimensão vertical de suas votações. A Dominância eleitoral é aqui estudada como contribuição dos estudos da Geografia do Voto, os quais procuram classificar determinados padrões de comportamento político de parlamentares e partidos a partir de seus redutos e estratégias eleitorais. É estudada também em diálogo com pressupostos da teoria democrática e dos teóricos da modernização, para os quais maiores índices de competitividade – logo, menor oligarquização – representam maior qualidade democrática. O cálculo da Dominância foi feito de acordo com a fórmula sugerida por Carvalho (2003) e foi aplicada à votação de todos os deputados estaduais nos três pleitos; em seguida, avaliamos se o padrão Dominante das votações é predominante no partido governista, a partir dos reposicionamentos do PT e PFL/DEM nos três pleitos selecionados. Os resultados sugerem que o legislativo estadual baiano não possui um padrão oligárquico de competição, já que quase metade dos seus parlamentares possui padrão de votação Não-Dominante, ou seja, compartilham seus redutos eleitorais. Sugere também não se poder afirmar que o padrão de votação Dominante é necessariamente governista.

**Palavras-chave:** Geografia do Voto; deputados estaduais; dominância eleitoral; oligarquização; qualidade democrática.

### **INTRODUÇÃO**

O presente artigo tem como objetivo a discussão de questões que se referenciam na literatura acerca da teoria democrática, qualidade da democracia,

---

1 Baccharel e mestre em Ciências Sociais (Ciência Política) pela UFBA e-mail: vladmirmeira@gmail.com.

2 Artigo elaborado a partir de resultado parcial da dissertação de mestrado, que contou com apoio financeiro da Fapesb (Fundação de Amparo à Pesquisa da Bahia), através da concessão de bolsa. Foi originalmente preparado como trabalho final da disciplina Teoria Política Contemporânea, ministrada pela Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Maria Saete Amorim, do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFBA, em agosto de 2014. Sofreu modificações a partir de importantes sugestões de parecerista anônimo da Revista Prelúdios, a quem agradeço pela contribuição.

problematizando aspectos apontados também pelos teóricos da modernização, a partir de análise empírica sobre uma das dimensões trabalhadas nos estudos da Geografia do Voto: a Dominância Eleitoral. Os autores das vertentes teóricas aqui utilizadas procuram avaliar o processo de consolidação da democracia enquanto regime político vigente em diversos países, assim como, comparar e apontar os principais aspectos de variados sistemas políticos adotados nas antigas e novas democracias existentes – estas oriundas da terceira onda democrática, de acordo com Huntington. (apud DAHL, 2001)

A abordagem à teoria da modernização representa uma ponte direta com um campo da ciência política e dos estudos de sociologia eleitoral, que discute e analisa a Geografia do Voto, buscando relacionar desempenhos eleitorais de partidos políticos e candidatos, a aspectos territoriais, demográficos e socioeconômicos. Este estudo tem como base empírica as eleições para Deputado Estadual na Bahia em 2002, 2006 e 2010. A votação desses deputados é aqui investigada à luz das questões problematizadas pelas abordagens acima mencionadas.

A análise da Geografia do Voto, trabalhada neste texto, leva em consideração uma das dimensões das bases eleitorais na Bahia, espécie de distritos informais característicos da eleição dos nossos parlamentares. Essa dimensão passou a ser explicitada a partir da inovação metodológica estabelecida no trabalho de Ames (2003), que visava dar conta não apenas da distribuição territorial das votações dos deputados, como também da competitividade de determinado reduto, visualizando o patamar de “controle” de um parlamentar sobre um município específico.

Essa inovação proporcionada pelo estudo de Barry Ames (2003) seguiu a tradição dos estudos da geografia eleitoral, que, até ali, davam maior peso à análise da distribuição territorial dessas votações – se dispersa ou concentrada em determinados municípios ou regiões. A dimensão horizontal foi visualizada inicialmente por Fleischer (1976), sobre a base territorial dos deputados de Minas Gerais. Neste estudo, o autor encontrou considerável número de deputados com votação concentrada em determinadas regiões – “fato que, posteriormente, se viu interpretado, pela literatura sobre o tema, como indício da possível existência de um ‘sistema distrital de fato’ operando no interior de nosso sistema proporcional”. (CARVALHO, 2009, p. 371)

Carvalho (2009) também nos aponta outros trabalhos que encontraram resultados em consonância com o fenômeno observado por Fleischer (1976), seguindo enfoques metodológicos diversos. Autores como Indjaian, e Dias (apud CARVALHO, 2003) estudaram as bases dos deputados de São Paulo, Paraná e

Rio de Janeiro e encontraram elevado número de deputados com base territorial de suas votações concentradas.

Esses estudos terminaram provocando uma importante discussão acerca da operacionalização do sistema eleitoral brasileiro, já que, elegendo representantes com bases eleitorais delimitadas territorialmente, estariam “deformando” o princípio normativo orientador da ideia da proporcionalidade, o qual deveria, em tese, favorecer a eleição de deputados de votação dispersa, teoricamente não paroquial. De toda sorte, a literatura da geografia eleitoral da época estabelecia claro juízo acerca das caracterizações dessas diferentes bases eleitorais típicas dos deputados: se um reduto se apresentava como majoritariamente concentrado, seus representantes teriam comportamento tipicamente paroquial; se a votação fosse de tipo disperso, o parlamentar teria comportamento mais universalista. Essa interpretação adviria da ideia de que o

[...] representante eleito com os votos, esforços e recursos de pessoas de uma área geográfica específica naturalmente atribui importância especial a suas visões e demandas, tanto por um senso de obrigação como de autointeresse. (CAIN; FAREJOHN; FIORINA, apud CARVALHO, 2009, p. 372-373)

A diferença na interpretação sobre essas questões tem relação com a discussão acerca da localização das bases eleitorais destes parlamentares. Conforme nos aponta o próprio Carvalho (2003, 2009), há nítida distinção de comportamento entre parlamentares com votação concentrada em grandes cidades – capitais e municípios mais desenvolvidos –, e deputados com votação concentrada em pequenos municípios – diferença demonstrada justamente quando se correlaciona essa dimensão com a dominância destes deputados sobre essas bases. Nas capitais, dada a grande dimensão da base eleitoral, os parlamentares seriam desestimulados a atraírem políticas de cunho distributivista, já que a delimitação dessas bases é mais difusa, dificultando a reivindicação de crédito por estas iniciativas. Por conta disso, os representantes com votação de tipo concentrada, mas em bases de grande dimensão, teriam comportamento mais universalista, assumindo posições relacionadas a determinados temas. Estariam ancorados no chamado “voto de opinião”.

É essa discussão que será relacionada com a perspectiva teórica apontada. A segmentação territorial da votação dos parlamentares obedece a determinadas estratégias eleitorais adotadas por eles. A perspectiva dos teóricos da modernização é de melhores condições para a manutenção e aprofundamento do regime democrático à medida que uma dada sociedade apresenta maiores níveis de desenvolvimento socioeconômico. Autores da teoria democrática,

como Dahl (1997), defendem que é possível a existência de condições mínimas à manutenção de uma democracia mesmo em sociedades de menor desenvolvimento, a partir da percepção do patamar de competitividade de determinado contexto social. Sendo elevada a competitividade, melhor a qualidade dessa democracia e menor a oligarquização do regime. Quanto maior o indicador de dominância eleitoral na votação dos parlamentares, mais oligárquico é o reduto e o processo eleitoral. Por outro lado, sustenta-se também que menores índices de desenvolvimento social proporcionam maior concentração dos recursos de poder, com isso, representa maior possibilidade de a votação do parlamentar ser de tipo dominante – menor a competitividade do reduto, portanto, mais oligárquico.

O trabalho aqui exposto se divide em duas partes: na primeira, referencia-se a discussão teórica, abordando aspectos da teoria democrática e qualidade da democracia, relacionando à literatura da geografia do voto. Nesta seção, apontam-se os pressupostos que embasam parcela da análise empírica, a que se refere ao comportamento político dos municípios da Bahia que caracterizam a votação dos parlamentares em dominante e não-dominante. A partir dessa questão, discutiremos outra dimensão empírica, que relacionará o posicionamento dos partidos frente aos governos à característica de suas bases eleitorais nos três pleitos selecionados. Estas questões trabalhadas no plano empírico serão o conteúdo da segunda parte, com seus resultados e desdobramentos.

## **TEORIA DEMOCRÁTICA E GEOGRAFIA DO VOTO**

O filósofo político italiano Norberto Bobbio, em seu livro *O Futuro da Democracia* (BOBBIO, 1997), utiliza o termo “permuta” para qualificar como clientelista o voto de maior incidência na democracia contemporânea, em detrimento do fortalecimento do “voto de opinião”. Isso seria consequência de uma promessa não cumprida da democracia: a de educar o cidadão para o exercício da prática democrática. (BOBBIO, 1997, p. 31) Permuta tem significado relacionado com negociação, troca, barganha. O que equivaleria, seguindo seu raciocínio, a uma prática “paroquial”, a qual precisaria, normativamente, ser superada.

A adjetivação “clientelista” para um padrão de comportamento político também leva em consideração outras questões relevantes. Parte do suposto da existência de trocas assimétricas, onde a relação “patrão-cliente” é a estabelecida. Isso seria permitido pela desigualdade de recursos econômicos e sociais, tendo como desdobramento a má distribuição dos recursos de poder na sociedade.

Esse fenômeno estaria na raiz de alguns dos principais dilemas de democracias mais recentes, convivendo com índices, de desenvolvimento socioeconômico, relativamente baixos, que afetariam a efetividade de suas políticas e governos.

A contramão dessa tendência seria o que defendem os teóricos da modernização, para os quais a evolução e modernização das sociedades trariam em seu bojo um processo de ampliação e aperfeiçoamento do regime democrático. Se uma determinada sociedade tende a melhorar seus indicadores sociais, ampliando o acesso a bens econômicos a uma maior parcela da população, ela criaria as condições para uma melhor qualidade da democracia.

O pressuposto dos teóricos da modernização parte do pioneiro estudo de Lipset (1960), em que se correlacionou níveis de democracia a indicadores de desenvolvimento econômico, sustentando a hipótese de que “quanto mais próspera uma nação, maior as chances de sustentar a democracia”. (LIPSET, apud CARVALHO, 2009, p. 69) Maior desenvolvimento econômico, portanto, seria capaz de possibilitar maior estabilidade e a manutenção do regime democrático.

Dentre os autores que referenciam esse artigo, Robert Dahl é um dos principais teóricos. Sua vasta obra é grande referência nos estudos da teoria democrática, sendo marcada pelo diálogo, em fases distintas de sua vida, com três correntes da ciência política: os teóricos da modernização, a teoria da escolha racional e a perspectiva da cultura política. (ABU-EL-HAJ, 2008)

Seu contato com a teoria da modernização tinha uma dupla problemática, uma completamente oposta, outra no sentido de problematizar e aperfeiçoar a consideração de um determinado argumento. No primeiro caso, o clássico estudo de Dahl (1997), *Poliarquia*, procura romper com as interpretações vigentes até então, influenciadas pelos teóricos da modernização, para os quais a transição para regimes democráticos estaria relacionada ao patamar de desenvolvimento histórico de determinadas sociedades. Assim, principalmente a partir de Dahl (1997), a política passa a adquirir autonomia e condição explicativa para determinados fenômenos sociais, assim como para as transições de regimes. (LIMONGI, apud DAHL, 1997) A intervenção de atores e suas escolhas institucionais também precisam ser consideradas na explicação de determinados regimes políticos, onde transições podem ocorrer a partir dessa interferência.

No segundo caso, esse contato estaria vinculado à consideração de determinados condicionamentos explicativos advindos da estrutura social. Diferentemente dos teóricos da modernização, Dahl (1997) descarta os condicionantes históricos e se concentra nas características da estrutura social que afetam diretamente o mundo da política, procurando estudar os efeitos

da concentração e controle dos recursos de poder socioeconômicos sobre o processo democrático. (LIMONGI, apud DAHL, 1997)

Em todo caso, o principal elemento a se considerar tem relação com a ideia da competitividade. Para Dahl (2012), a inclusão política era uma consequência do confronto entre situação e oposição. A modernidade se acharia relacionada de maneira próxima à democracia, já que um de seus principais desdobramentos está na dispersão dos recursos políticos entre todos os atores sociais. Para ele, uma “sociedade pluralista moderna” conteria traços de modernidade, como “altos níveis de riqueza, consumo, renda e educação, grande diversidade ocupacional, população urbana expressiva, uma diminuição notória na população agrícola e a importância relativa da produção econômica”. (DAHL, 2012, p. 251) Com esse processo de modernização, os dois vetores de progresso da *Poliarquia* se viabilizam: permite o desenvolvimento de um sistema político competitivo, num primeiro momento, e inclusivo, numa etapa final.

Essa ideia da competitividade, presente no argumento de Dahl (1997), dialoga favoravelmente com outra questão levantada por Bobbio (1997), dentre as promessas não cumpridas da democracia: a derrota do poder oligárquico. Para o autor italiano, retomando argumentos de autores da Teoria das Elites, apesar de os regimes democráticos de governo não eliminarem jamais as oligarquias no poder, não negando a existência de elites, a defesa é “a presença de muitas elites em concorrência entre si para a conquista do voto popular”. (BOBBIO, 1997, p. 27)

Dentre as questões que dão substrato aos estudos da geografia do voto, algumas estão presentes, e em diálogo, com afirmações contidas nos estudos anteriores. A primeira que se apresenta é a ideia do comportamento paroquial no regime democrático. Bobbio (1997) afirma que esse comportamento teria relação com a não-educação para a prática democrática por parte dos cidadãos, uma das promessas não cumpridas da democracia. Na geografia eleitoral, esse tipo de comportamento político estaria relacionado com uma localização territorial de determinadas bases eleitorais, que exerceriam influência sobre mandatos parlamentares. Essas bases seriam suscetíveis a uma prática política menos “qualificada”, justamente por não ter acesso a determinados serviços públicos essenciais, ou os teriam de forma muito aquém das necessidades. Níveis de escolaridade, de renda e acesso a serviços de saúde, seriam muito baixos, tornando essas populações dependentes de políticas de cunho distributivista de benefícios concentrados, as quais não seguiriam um padrão universalista de atendimento.

Os parlamentares vinculados a esse perfil de reduto eleitoral possuem, geralmente, uma votação de tipo dominante, justamente pelo papel que cumprem de intermediador privilegiado destas políticas, muitas vezes pela relação

que manteriam com o governo. Essas localidades, portanto, teriam baixo patamar de competitividade, estando, também, aquém do padrão necessário a uma maior qualidade democrática.

A possibilidade de avaliar o patamar de dominância de determinado parlamentar sobre um reduto passou a ser feita de maneira mais cuidadosa a partir da contribuição de Ames (2003), quando outra dimensão da análise da geografia eleitoral, para além apenas da distribuição territorial da votação em concentrada ou dispersa, passou a ser observada. Alguns parlamentares podem ter votação de tipo concentrada, porém, não estarem ancorados nas grandes cidades e regiões metropolitanas. Portanto, seus redutos podem também incentivá-los a uma prática política de tipo paroquial. Assim, de acordo com esse entendimento, que ficou conhecido na Ciência Política como Conexão Eleitoral, haveriam determinados tipos de redutos que norteariam o comportamento de determinados parlamentares: deputados com votação de tipo não-dominante, geralmente ancorada em distritos de grande dimensão, são desincentivados a reivindicarem crédito pela alocação de alguns benefícios – políticas – por conta da baixa visibilidade que teriam. Sendo assim, estariam mais propensos a dar prioridade à tomada de posição com relação a grandes temas – seriam, portanto, parlamentares com base eleitoral vinculada ao chamado “voto de opinião”, com comportamento mais universalista. Por outro lado, deputados com votação dominante, possuem base eleitoral geralmente de média e pequena dimensão, buscando com isso alocar recursos e projetos aos distritos que compõem sua base eleitoral, tendo em vista atender às demandas destas localidades. Estes seriam parlamentares com comportamento mais particularista, paroquial, estimulando práticas políticas de ordem clientelista.

É preciso, no entanto, problematizar melhor o argumento relacionado com os estudos da conexão eleitoral. De acordo com Amorim Neto e Santos (2003) e Ricci (2003), determinadas considerações de autores que interpretam a realidade brasileira a partir de pressupostos do distributivismo, apontando como prioritária a meta da reeleição por parte dos parlamentares – a exemplo da lógica prevalecente nos Estados Unidos –, seriam incoerentes em termos teóricos e marcados por baixo teor analítico. Para Ricci (2003), políticas distributivistas nem sempre atendem a uma lógica paroquial, já que podem produzir benefícios concentrados ou difusos. O fato de o sistema eleitoral proporcional de lista aberta adotado no Brasil estar combinado com distritos de elevada magnitude, com população numerosa, incentivam os políticos a produzirem “legislação de cunho difuso [...]”. Daí estar equivocada a literatura que trata da predominância de atividade paroquial (do tipo *pork barrel*)

no Congresso brasileiro”. (RICCI, 2003, p. 724) Portanto, predominaria dentre as políticas distributivistas produzidas pelos parlamentares na Câmara dos Deputados, as que possuem benefícios difusos, não a de benefícios concentrados, mais identificados com a lógica paroquial.

Analisaremos a dimensão geográfica de dominância da votação dos Deputados Estaduais da Bahia para observar até que ponto é possível identificar determinados deslocamentos de suas bases eleitorais, assim como, das características das relações destes deputados com as bases em contextos diferenciados de posicionamento partidário, frente às esferas do poder político. Portanto, se afirmamos que determinado parlamentar domina um reduto eleitoral específico, entende-se que este reduto apresenta baixa competitividade eleitoral, logo, o referido parlamentar seria um intermediador “privilegiado” (principal representante) daquela localidade. Portanto, nesse artigo não aprofundaremos a análise no sentido de direcionar o olhar também à arena parlamentar, com foco na produção legislativa dos parlamentares. Apenas discutiremos determinados pressupostos apontados por esses estudos, buscando identificar as características das bases eleitorais dos parlamentares do Legislativo estadual baiano.

Sendo assim, uma das questões que a próxima seção buscará dar conta se refere a esta correlação entre situação frente aos governos/dominância eleitoral. O primeiro pressuposto é o de que partidos que vieram de uma trajetória de oposição aos governos possuem um padrão típico de votação Não-Dominante, justamente por possuírem maior vinculação a bases eleitorais de grande dimensão e maior competitividade; passando para a condição de partidos no governo, é possível afirmar que seus parlamentares também alteraram seus padrões da Geografia do Voto? Por outro lado, partidos com trajetória governista mais relevante, com padrão de votação Dominante, ao passar para a condição de oposição, passam a um padrão Não-Dominante? Resumindo: pode-se afirmar que o voto de tipo Dominante é governista?

Essa dimensão da Geografia do Voto possibilita verificar o alcance vertical da votação dos parlamentares, identificando em que medida um determinado deputado domina um reduto específico; com isso, demonstra, também, o grau de competitividade desse mesmo reduto ao qual o parlamentar está vinculado. Adotaremos nesse estudo que o partido de oposição possui presença eleitoral vinculada a grandes cidades, nas quais não conseguem atingir uma dominância eleitoral. Essas cidades, por serem as mais urbanizadas, possuem melhores indicadores de desenvolvimento socioeconômico. Estando relacionadas a uma maior competitividade eleitoral, portanto, possuem “maior” qualidade democrática. O inverso seria o desempenho eleitoral do partido no governo

estar mais vinculado a redutos de pequena e média dimensão – municípios com baixos indicadores de desenvolvimento social, mais distantes da capital e população reduzida. Esses municípios, dadas essas características, sugerem menor competitividade eleitoral, nos quais o parlamentar estabelece uma dominância. Sendo a realidade de parcela significativa do distrito eleitoral – o Estado da Bahia –, marcado por baixos índices de desenvolvimento socioeconômico, a indicar uma menor presença de parlamentares com votação de tipo Dominante, pode significar aumento do patamar de competitividade, mantendo o diálogo com pressupostos da teoria democrática: em Dahl (1997), com a ideia da prevalência da política, em detrimento dos condicionantes históricos e sociais, ou seja: haveria elevado nível de competitividade – competição plural – não somente nas grandes cidades. Por conta disso, não se pode generalizar a predominância de um conflito com umas das promessas da democracia apontadas por Bobbio (1997), ou seja, a competição não se daria somente em moldes oligarquizados.

### **ANÁLISE DOS PADRÕES DE DOMINÂNCIA DAS VOTAÇÕES DOS DEPUTADOS ESTADUAIS DA BAHIA NAS ELEIÇÕES DE 2002, 2006 E 2010**

Para dar conta da análise da Geografia do Voto dos deputados estaduais da Bahia é preciso verificar a variável Dominância desse fenômeno, que nos possibilitará identificar em que medida um parlamentar domina eleitoralmente determinado reduto – demonstrando o grau de competitividade desse mesmo reduto ao qual o parlamentar está vinculado.

A operacionalização do conceito de Dominância, sua classificação, seguiu as orientações de Carvalho (2003), através da fórmula:

$$\sum n \left( \frac{v_i}{p_i} \right) \times \left( \frac{v_i}{V} \right)$$

Onde  $v_i$  = número de votos recebidos pelo deputado estadual da cidade  $i$ ;  $p_i$  = número total de votos válidos para deputado estadual na cidade  $i$ ;  $V$  = total de votos recebidos pelo deputado estadual no estado inteiro, e  $n=15$  municípios. Registra-se que o índice de dominância utilizado segue Carvalho (2003) e faz o recorte de 15 cidades nas quais o deputado obteve o maior percentual de votos, já que entre essas, em média, o deputado faz mais de 75% de sua votação entre os três pleitos selecionados.

A estipulação das faixas de dominância leva em consideração o desvio padrão com relação à média de dominância da Legislatura para a divisão das quatro faixas classificatórias de penetração vertical: Sem Dominância, Baixa Dominância, Média Dominância e Alta Dominância. Nisso, uma ponderação diz respeito à classificação adotada após a aplicação da fórmula, já que o índice de dominância é variável contínua. Em seguida, porém, convertem-se estas faixas numa variável dicotômica: dominância/não dominância.

Para exemplificar o procedimento de operacionalização do conceito de Dominância, apresenta-se a eleição de 2002, na qual, primeiramente, calculou-se a média aritmética dos valores do Índice de Dominância obtidos através da fórmula citada anteriormente. Essa média é calculada através da soma dos valores dos Índices de Dominância dividida por 63, que é o total de casos (parlamentares da legislatura). Em seguida, fazemos o cálculo de desvio padrão através da fórmula seguinte:

$$S = \sqrt{\frac{\sum(X_i - \bar{X})^2}{n}}$$

Onde S= Desvio Padrão; Xi= valor do Índice de Dominância;  $\bar{X}$  = média aritmética dos valores do Índice de Dominância da legislatura e n= o universo de 63 deputados estaduais eleitos. Dessa forma, obtivemos que a média aritmética do Índice de Dominância da eleição de 2002 foi 0,164; já o Desvio Padrão ficou em 0,101. As faixas de dominância, portanto, foram: parlamentares Sem Dominância (SD): aqueles que tiveram o Índice de Dominância menor ou igual a 0,063; deputados com Baixa Dominância (BD): tiveram o Índice de Dominância maior que 0,063 e menor ou igual a 0,164, que foi o valor da média aritmética; parlamentares com Média Dominância (MD): tiveram o Índice de Dominância maior que 0,164 e menor ou igual a 0,265; e representantes com Alta Dominância (AD): tiveram o Índice de Dominância maior que 0,265.

Trazendo a operacionalização do conceito de Dominância para as três eleições selecionadas, e estabelecendo também a identificação das faixas de penetração vertical da votação dos deputados, temos a distribuição a seguir:

Tabela 1 – Classificação dos parlamentares de acordo com os quatro padrões de Dominância dos votos, nas eleições de 2002, 2006 e 2010

	SD	%	BD	%	MD	%	AD	%	TOTAL	%TOTAL
2002	16	25,40%	13	20,64%	24	38,09%	10	15,87%	63	100%
2006	12	19,05%	22	34,92%	17	26,98%	12	19,05%	63	100%
2010	11	17,46%	22	34,92%	20	31,75%	10	15,87%	63	100%

SD: Sem Dominância; BD: Baixa Dominância; MD: Média Dominância; AD: Alta Dominância.

Fonte: Elaboração própria a partir de dados coletados no site do TSE.

De acordo com a tabela, o único padrão de votação dos parlamentares em que a variação apenas aumenta no período selecionado é o de Baixa Dominância, que sai de um patamar de 20,64% dos deputados, e atinge a marca de 34,92% dos parlamentares eleitos em 2006 e 2010. A única variável que apresenta queda em sua representação nos dois pleitos seguintes ao de 2002 é a Sem Dominância, que no primeiro pleito atinge 25,40% dos deputados, caindo 6,35% em 2006; e mais 1,59% em 2010, alcançando o patamar de 17,46% dos parlamentares eleitos neste último processo eleitoral.

O padrão de Alta Dominância é o que obteve menor variação no período, e também é o de menor presença entre os parlamentares eleitos: apenas 10 Deputados Estaduais eleitos em 2002 tiveram votação desse perfil, com uma pequena ampliação para 12 deputados em 2006, e retornando para a mesma marca de 10 deputados em 2010. O de Média Dominância variou um pouco mais que o anterior, sendo o padrão de maior presença no pleito de 2002, com 38,09% dos parlamentares, caindo para o patamar de 26,98%, e crescendo a representação para 31,75% dos parlamentares em 2010.

Convertendo as quatro faixas de penetração eleitoral, em uma variável dicotômica, ou seja, Dominantes/Não-Dominantes, temos o quadro a seguir:

Tabela 2 – Classificação dos parlamentares na variável dicotômica Dominante/Não Dominante de suas votações, nas eleições de 2002, 2006 e 2010.

	Dep. Tot. Dominante	% D	Dep. Tot. Não Dom.	% ND	Total
2002	34	53,97%	29	46,03%	63
2006	29	46,03%	34	53,97%	63
2010	30	47,62%	33	52,38%	63

D: Dominante; ND: Não-Dominante.

Fonte: elaboração própria a partir de dados coletados no site do TSE.

Na tabela, é possível observar certo equilíbrio entre os dois padrões, com leve predominância, em dois dos pleitos, do tipo Não-Dominante. Por si só, esse dado já corrobora com os achados de Carvalho (2003), no qual, contrapondo-se à defesa de Ames (2003), apresenta que cerca de metade dos parlamentares da Câmara dos Deputados possuíam padrão de votação de tipo dominante, sugerindo que, seguindo o critério adotado por Ames (2003), somente 50% dos parlamentares do país seriam estimulados a adotarem um comportamento “paroquial”, de reivindicar benesses para suas bases geográficas, dado o perfil dessas bases eleitorais. O Legislativo da Bahia, portanto, apresenta uma distribuição de seus parlamentares em termos de Geografia do voto equivalente à distribuição dos deputados federais do país.

Estabelecendo um diálogo com a perspectiva de Bobbio (1997), pode-se notar que a predominância de um patamar de competitividade equilibrado entre os dois conjuntos de padrões de Dominância faz supor que, em parcela significativa das bases eleitorais representadas em pelo menos metade dos deputados da Assembléia baiana, não predomina um padrão oligárquico de competição/comportamento político. Esse achado também dialoga com a discussão de Dahl (1997), em certo sentido, contornando o argumento dos teóricos da modernização, na medida em que não somente em contextos de maior desenvolvimento socioeconômico predomina uma competição mais plural, ou seja, não se pode generalizar um padrão de votação dominante no conjunto dos parlamentares eleitos. Não é possível, porém, identificar uma tendência à ampliação ou à redução da competitividade nos distritos baianos, na medida em que chama a atenção, ao se observar o quadro dois, que o efeito do pleito de 2006 operou uma ampliação do padrão de votação não-dominante, no entanto, esse efeito foi atenuado com o pleito de 2010, mesmo não alterando a predominância desse padrão. Com a análise da subseção a seguir, observaremos que esse efeito atenuante possui relação com o reposicionamento em relação aos dois planos de governo, por parte dos dois partidos selecionados, onde o PT, em 2010, acumularia sob sua influência direta duas instâncias de poder. Esse achado sugere uma continuidade desse estudo em estabelecer correlação dessas distribuições territoriais das votações com indicadores socioeconômicos, para qualificar melhor a caracterização dessas bases eleitorais.

Na subseção a seguir, analisaremos a manifestação dos padrões de dominância eleitoral nas votações das bancadas do Partido dos Trabalhadores (PT) e do Partido da Frente Liberal (PFL) – posteriormente Democratas (DEM)<sup>3</sup> –,

---

3 O Partido da Frente Liberal (PFL) se reorganizou no ano de 2007 dando origem ao Democratas (DEM).

ambos à frente do governo do estado em situações distintas nos três pleitos analisados.

## **A DOMINÂNCIA ELEITORAL DAS BANCADAS DO PT E DO PFL/DEM**

Nesta subseção, damos continuidade à análise da manifestação da dimensão vertical da Geografia do Voto, a partir da observação da dominância das bancadas dos partidos, nos três pleitos selecionados. Dessa forma, serão identificados se esses padrões sofreram modificações na medida em que os partidos se reposicionavam frente às esferas de governo, a partir da avaliação do desempenho das duas siglas mais relevantes no período: o PFL/DEM e o PT – as únicas que estiveram na primeira e segunda colocação nas três eleições.

O pressuposto adotado é o de que o PT, que em 2002 estava na condição de oposição no plano estadual e federal, tem sua votação vinculada ao padrão Não Dominante. Conforme vimos, esse padrão está associado a uma presença maior em grandes centros urbanos, ou bases eleitorais de grande dimensão, nas quais é praticamente impossível um parlamentar exercer dominância eleitoral. Já o PFL, que estava na condição de situação nos dois planos em 2002, tinha sua votação no padrão Dominante. Nos pleitos posteriores – 2006 e 2010 – com os reposicionamentos frente às esferas de governo, verificaremos se os padrões de votação também se alteraram.

Nas eleições de 2002 o governador eleito era do PFL, partido que vinha de uma presença no governo desde o início dos anos 1990, estando também na condição de situação no Plano Federal. A principal coligação de oposição era liderada pelo PT, que vinha se afirmando como principal partido de oposição na Bahia desde o pleito anterior, de 1998; nos pleitos posteriores seria o principal partido à frente do Governo do Estado. Neste ano, porém, uma situação nova se apresenta: a coligação liderada pelo PT a nível nacional vence as eleições à Presidência da República, fazendo com que o partido estivesse no pleito seguinte na condição de oposição estadual e situação nacional; o inverso se aplicando ao caso do PFL.

Em 2006, o PT lidera a coligação vitoriosa nas urnas para o governo da Bahia e também reelege Lula no plano nacional. A principal coligação derrotada em 2006 era liderada pelo PFL – partido que seria deslocado do governo do estado pela primeira vez, desde a eleição de 1990. Portanto, na eleição de 2010, o PT participaria do processo como situação nos dois planos e o PFL (agora como

DEM) na dupla oposição ao governo petista – invertendo os papéis com relação ao pleito de 2002.

Nessa análise, utilizaremos a classificação de dominância de maneira agregada, ou seja: Sem Dominância + Dominância fraca (Baixa) são identificados como Não Dominante (ND); Média Dominância + Alta Dominância são identificados como Dominante (D).

Tabela 3 – Classificação da votação das bancadas do PFL/DEM e PT em Dominante/ Não Dominante, nas eleições de 2002, 2006 e 2010.

	2002		2006		2010	
	D ND		D ND		D ND	
PFL/DEM	15	1	13	3	4	1
PT	2	8	0	10	4	9

Fonte: Elaboração própria de acordo com dados do TSE.

Analisando os dados da tabela, pode-se verificar a significativa presença de parlamentares com padrão de votação de tipo Dominante vinculados ao partido governista, nas eleições de 2002 – apenas um dos deputados possui votação de padrão Não Dominante. Apenas dois parlamentares do Partido dos Trabalhadores dominam seus redutos eleitorais. A grande maioria, portanto, possui votação de tipo Não Dominante. O corte, partido de oposição/votação Não-Dominante, partido governista/votação Dominante, fica evidente neste pleito. O posicionamento nas esferas de governo possibilita, em tese, que o partido disponha de acesso a determinados recursos de poder, com interlocução política privilegiada.

Na eleição de 2006, a predominância do padrão Dominante permanece vinculada aos deputados do PFL, desta vez, porém, esse partido não participaria do processo eleitoral como situação nos dois planos. Com a vitória do PT na eleição presidencial em 2002, o PFL em 2006 era governista somente no plano estadual (2003-2007). Mantém o mesmo número de parlamentares eleitos, apesar de contar com dois parlamentares a mais com padrão de votação Não Dominante.

Em que pese ter participado do processo eleitoral, no campo governista, em nível federal, o PT mantinha a condição oposicionista no plano estadual. O desdobramento dessa conjuntura foi a manutenção do padrão de votação Não Dominante como predominante, dessa vez, sem nenhum parlamentar dominando seu reduto eleitoral, assim como, também, não ampliando sua represen-

tação nessa esfera – demonstrando que a condição de governo no Plano Federal não exerceu influência significativa sobre as bases eleitorais do PT no Legislativo estadual.

Essa observação é ainda mais relevante quando se confronta esses dados com o resultado eleitoral para Governo do Estado – em que o PT, de forma surpreendente, vence o grupo governista já no primeiro turno – e com o mapeamento das bases eleitorais que dão a vitória ao PT no plano majoritário estadual e Federal. De acordo com Nicolau & Peixoto (2007), os principais redutos eleitorais do PT, na eleição presidencial de 2006, são vinculados a pequenas cidades, de baixo desenvolvimento, positivamente correlacionadas com o direcionamento de recursos dos programas sociais do Governo Federal. O mesmo é afirmado por Borges (2010) com relação às bases do PT para o Governo do Estado, no mesmo pleito, onde os municípios atingidos pelo Programa Bolsa Família, do Governo Federal, são os de melhor desempenho do partido.

Já no pleito de 2010 podem ser observadas algumas mudanças. Nesta eleição o Partido dos Trabalhadores foi reconduzido ao Poder Executivo estadual e Federal, e tem sua bancada ampliada para treze (13) representantes. É expressivo o impacto desse pleito sobre o número de deputados com padrão de votação Dominante do partido: eram dois em 2002, nenhum em 2006, passando para quatro parlamentares em 2010 com esse padrão de votação. Em que pese essa presença do padrão Dominante sobre a bancada do PT neste pleito, a maioria dos seus representantes continuaram com bases eleitorais de padrão Não Dominante: nove parlamentares, um a mais que 2002 e um a menos que 2006. A predominância do padrão de votação desse partido nos três pleitos eleitorais, portanto, é do tipo Não Dominante.

É significativo também o caso do – agora – DEM (antigo PFL): atuando enquanto partido da oposição nos dois planos, reduz drasticamente sua representação, saindo de dezesseis (16) parlamentares eleitos em 2006 para somente cinco (5), em 2010. Dentre estes, quatro com votação de tipo Dominante – não alterando, portanto, o padrão predominante de sua votação, mesmo após o reposicionamento frente aos governos.

Confrontando os dados do PT e do PFL/DEM no período, temos um cenário que não invalida a pressuposição de uma mudança de tendência para o caso do PT – já que ampliou o número de parlamentares com votação de tipo Dominante –, porém não corrobora com a ideia de que, migrando da condição de governo para oposição, teria o padrão de votação predominante de suas bases eleitorais alterado. O PT permanece com predominância do padrão Não Dominante de sua votação, podendo indicar, com isso, duas situações: por um

lado, ainda permanece com suas bases relacionadas a cidades mais desenvolvidas e de maior dimensão; por outro lado, dada a expressiva redução da bancada do PFL/DEM, a votação do PT pode ter se expandido sobre essas bases eleitorais, indicando um cenário de ampliação da competitividade em redutos de pequena ou média dimensão – corroborando com um cenário já apontado na seção anterior, condizente com situações sugeridas pela teoria democrática: no caso de Dahl (1997), indícios de algumas condições para a existência de uma poliarquia, em termos de competitividade, mesmo em contextos de menor desenvolvimento; no caso de Bobbio (1997), não conflitando com uma das promessas da democracia, na medida em que não se pode admitir a predominância de uma competição oligarquizada. O PFL/DEM, apesar de passar para a condição de oposição nos dois planos, não alterou o perfil de seus redutos eleitorais, mesmo tendo diminuído sua representação: o partido permanece com predominância de votação Dominante, ou seja, com votação em municípios e regiões de menor desenvolvimento.

É preciso considerar que possíveis mudanças mais substanciais sobre as bases eleitorais desses dois partidos podem ser sinalizadas em futuros pleitos, pois apenas um cenário de competição eleitoral com reposicionamento nos dois planos foi aqui verificado. Ou seja: maior concentração de poder sob controle de um partido – no caso o PT em 2010 – proporcionou alguma mudança sobre suas bases eleitorais; insuficientes para alterar a predominância desses padrões. Mais um cenário de competição eleitoral com os mesmos posicionamentos frente aos governos observados em 2010 pode sugerir uma maior aproximação das bases eleitorais desses partidos. Portanto, somente com os dados analisados nesse artigo, não se pode sustentar a ideia de que o voto governista é necessariamente dominante, como verificado no pleito de 2002.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Neste artigo, procuramos estudar as bases eleitorais dos deputados estaduais da Bahia, nas eleições de 2002, 2006 e 2010, a partir da dimensão vertical de suas votações. A Dominância eleitoral é aqui estudada como importante contribuição dos estudos da Geografia do Voto, os quais procuram classificar determinados perfis e padrões de comportamento político de parlamentares e partidos, a partir de seus redutos e estratégias eleitorais.

Confrontando com questões de natureza teórica, presentes em estudos da teoria democrática, a análise sobre a segmentação geográfica das votações

pode contribuir na compreensão acerca da qualidade da democracia, na medida em que aponta o nível de competitividade, assim como de oligarquização dos redutos eleitorais. Assim, o plano empírico aqui abordado apresenta a predominância de um patamar de competitividade equilibrado entre os dois conjuntos de padrões de dominância eleitoral: pouco menos da metade dos deputados estaduais da Bahia dominam seus redutos eleitorais; pouco mais da metade não dominam eleitoralmente seus redutos. Isso, em diálogo com a perspectiva de Bobbio (1997), sugere que em parcela significativa das bases eleitorais da Bahia representadas em pelo menos metade dos deputados da Assembleia baiana, não predomina um padrão oligárquico de competição/comportamento político. Considerando o perfil socioeconômico da maior parte dos municípios baianos, de baixo desenvolvimento, sustenta-se a percepção, apontada por Dahl (1997), de que é possível a existência de condições mínimas à poliarquia, mesmo nesses contextos sociais, a partir de um patamar de competição pluralista – refutando considerações reivindicadas pelos teóricos da modernização.

Quando se analisa a distribuição das votações, a partir dos dois principais partidos políticos do período, outra observação pode ser acrescentada: mesmo alterando seus posicionamentos em relação aos governos, esses partidos não alteraram a predominância dos seus padrões de votação nos três pleitos selecionados. Apesar disso, entre 2006 e 2010, a bancada do PT se ampliou, na medida em que se reduziu drasticamente a bancada do PFL/DEM. Portanto, em parcela dos redutos eleitorais da Bahia, para o caso da disputa ao Legislativo estadual, amplia-se o patamar de competitividade, já que é menor o número de parlamentares do principal partido governista Dominando esses redutos, assim como esse partido pode ter crescido sobre as bases eleitorais do principal partido opositor – que obteve as maiores perdas nesse pleito.

Somente desenvolvendo esse estudo em outras dimensões, com maior aporte de dados, será possível aprofundar determinadas considerações. Uma delas, inclusive, se refere à identificação de possíveis mudanças mais substanciais sobre as bases eleitorais desses dois partidos, já que, nesse artigo, apenas um cenário de competição eleitoral com reposicionamento nos dois planos foi observado. Maior concentração de poder sob controle de um partido – o PT em 2010 – proporcionou mudanças sobre suas bases eleitorais, mesmo insuficientes para alterar a predominância de seus padrões de votação. O que significa dizer que mais um cenário de competição eleitoral com essas características de alinhamento em relação aos governos pode sugerir maiores impactos sobre os perfis geográficos e socioeconômicos dessas bases. Correlacionar essas votações a indicadores sociais também possibilitará perceber melhor as

características dessas bases, no decorrer desse período, se confirmam uma maior proximidade, ou mantém os perfis eleitorais de maior penetração em zonas urbanas e mais desenvolvidas, no caso do PT, e menor presença nessas regiões no caso do PFL/DEM.

**LOCALIST DEMOCRACY OF THE PARLIAMENT OF BAHIA:  
THE ELECTORAL DOMINANCE IN THE LEGISLATIVE ASSEMBLY OF BAHIA IN  
2002, 2006 AND 2010 ELECTIONS**

**Abstract**

The paper studies the constituencies of the state deputies of Bahia in 2002, 2006 and 2010 elections, from the vertical dimension of their votes. The electoral dominance is studied as a contribution of the Vote Geography Studies, which attempts to classify certain patterns of parties and parliamentarians political behavior from their strongholds basis and electoral strategies. The electoral dominance is studied also as dialogue among assumptions of the democratic theory and the modernization theorists, for which the higher levels of competitiveness represent a better democratic quality. The calculation of the electoral Dominance was done according to the formula suggested by Carvalho (2003) and was applied to the vote of all state legislators in three elections; then, it was evaluated whether the dominant pattern of voting is prevalent in the ruling party, from the repositioning of PT and PFL / DEM in three selected claims. The results suggest that the state legislature of Bahia does not have an oligarchical pattern of competition, since almost half of its parliamentarians' vote has a non-dominant standard, in other words, they share their constituencies. It also suggests that it is not possible to say that the standard of Dominant vote is necessarily ruling.

**Keywords:** Vote Geography; state deputies; Electoral Dominance; oligarchical pattern; democratic quality.

**REFERÊNCIAS**

ABUL-EL-HAJ, J. Robert Dahl e o Dilema na da Igualdade na Democracia Moderna.

*Análise Social*, Lisboa, v. 43, n. 186, p. 159-180, jan. 2008.

AMES, B. *Os entraves da democracia no Brasil*. Rio de Janeiro: FGV Ed., 2003.

AMORIM NETO, O.; SANTOS, F. O Segredo Ineficiente Revisto: o que propõem e o que aprovam os deputados brasileiros. *Dados: Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 46, n. 4, p. 661-698, 2003.

BOBBIO, N. *O futuro da democracia: em defesa das regras do jogo*. 6. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

BORGES, A. Já Não se Fazem Máquinas Políticas como Antigamente: Competição vertical e mudança eleitoral nos estados brasileiros. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, v. 18, n. 35, p. 167-188, fev. 2010.

CARVALHO, N. R. *E no início eram as base: geografia política do voto e comportamento legislativo no Brasil*. RJ: Editora Revan, 2003.

CARVALHO, N. R. *Geografia política das eleições congressuais: a dinâmica de representação das áreas urbanas e metropolitanas no Brasil*. *Cadernos Metrôpole*, São Paulo, v. 11, n. 22, p. 367-384, jul-dez 2009.

DAHL, Robert. *A Democracia e Seus Críticos*. 1. ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2012.

DAHL, R. *Poliarquia*. São Paulo: Edusp, 1997.

DAHL, R. *Sobre a Democracia*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

FLEISCHER, D. V. Concentração e dispersão eleitoral: um estudo da distribuição geográfica do voto em Minas Gerais: 1966-1974. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, n. 43, p. 333-360, 1976.

NICOLAU, J.; PEIXOTO, V. Uma disputa em três tempos: análise das bases municipais das eleições presidenciais de 2006. Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, 31., *ST Anais...* Caxambu: ANPOCS, 2007.

RICCI, P. O Conteúdo da Produção Legislativa Brasileira: Leis Nacionais ou Políticas Paroquiais? *Dados: Revista de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro, v. 46, n. 4, p. 699-734, 2003.

BRASIL; TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. *Eleições*. Brasília, DF, 2012. Disponível em: <<http://www.tse.gov.br>>. Acesso em: 12 maio 2014.

